



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 262ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** 8º andar da SES  
**DATA:** 22 de março de 2022  
**HORÁRIO:** 13h

**Presentes à Reunião**

**SES:** André Motta Ribeiro (Secretário de Estado da Saúde), Alexandre Lencina Fagundes (Secretário Adjunto de Estado da Saúde), Carmem Delzivo (SP), Cláudia Gonsalves (SUR), Eduardo Macário (SUVIS); Flamarion Da Silva Lucas (SUH), Jane Laner Cardoso (DAPS/participou online), Grace Ella Berenhauer (GECO).

**COSEMS:** Sinara Simioni (São José), Carlos Alberto Justo (SMS de Florianópolis), Acélio Casagrande (Criciúma), Jainara Nórdio (Porto Belo), Kátia Olikowski (Canoinhas), Edson Medeiros (Fraiburgo), Claiton Camargo (Lages), Daisson Trevisol (Tubarão).

**APROVAÇÃO DA ATA**

Aprovada a Ata 261 de 17 de fevereiro de 2022.

**DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A 262ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite será coordenada pela Coordenadora da CIB/Cosems Sinara Simioni, presidente do Cosems em exercício. Sinara Simioni abre a reunião e passa a palavra para o Secretário Adjunto de Estado da Saúde, Alexandre Lencina Fagundes.

1 **DELIBERAÇÕES**

2 **A) PPI**

3 Sinara Simioni, Secretária Municipal de Saúde de São José e coordenadora da  
4 CIB/Cosems nesta reunião, coloca que na reunião prévia houve  
5 encaminhamentos sobre esse item. Carmem Delzivo, Superintendente de  
6 Planejamento da SES, refere que, com relação à PPI, se trata de um pedido da  
7 área técnica que se constitua um gupo para reorganizar as pactuações da PPI.  
8 Cita que é necessário organizar a PPI, pois hoje existem recursos alocados o  
9 que dificulta com a PPI, com pactuação de fração de procedimento. Alexandre  
10 Lencina, Coordenador da CIB/SES, cita que há tempo a PPI não se integra com  
11 a realidade em que vivemos. Alexandre Lencina refere que foi autorizado o  
12 remanejamento de agendas ociosas e a abertura do acesso para todos os  
13 municípios da oferta dos prestadores contratualizados pela SES de uma mesma  
14 Região de Saúde, independentemente de sua pactuação em PPI, objetivando a  
15 diminuição das demandas reprimidas da Central Estadual e a regionalização dos  
16 serviços de saúde.

17



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

18 **B) HABILITAÇÃO DE 02 LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA CORONARIANA**  
19 **(UCO) NO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE TUBARÃO**

20 Sinara Simioni refere que discutiram na reunião prévia e houve consenso quanto  
21 a habilitação desses leitos. Consensuado.

22

23 **C) INSTITUIÇÃO DO COORDENADOR MUNICIPAL DA APS**

24 Sinara Simioni informa que o item foi discutido na reunião prévia e que a  
25 Assessora do Cosems, Priscila Meira, teria colocado que o Município que  
26 instituir o cargo de coordenador da APS poderá utilizar o recurso do  
27 cofinanciamento para pagar o profissional. Sinara esclarece que, em municípios  
28 grandes já existem o coordenador da APS. Ficou consensuado.

29

30 **D). PORTARIA GM/MS Nº 232, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022 QUE APROVA OS NOVOS**  
31 **VALORES DA TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO DO INCENTIVO ÀS AÇÕES DE**  
32 **VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, AIDS E HEPATITES VIRAIS, DO BLOCO**  
33 **DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, DO GRUPO DE**  
34 **VIGILÂNCIA EM SAÚDE.**

35 Sinara Simioni, com relação ao item, cita que foi discutida na reunião prévia a  
36 proposta encaminhada pela SES, mas o Cosems também elaborou uma  
37 proposta e, a proposta aprovada na reunião prévia foi a apresentada pelo  
38 Cosems. Priscila Meira (Cosems) faz uma breve apresentação nesse momento.  
39 Priscila Meira coloca que a proposta da SES era praticamente igual a proposta  
40 de anos anteriores. Cita que a segunda proposta, considerando a mesma lógica  
41 de 20% do recurso para o estado e 80% para os municípios, porém 131  
42 municípios foram considerados prioritários. A construção da distribuição desses  
43 recursos da Portaria GM/MS 232/2022 levou em conta os indicadores. Houve  
44 uma reunião extraordinária no Cosems para discutir esses recursos. Ficou  
45 consensuada a proposta do Cosems. Eduardo Macário esclarece que o estado  
46 necessita dos 20% para ações de vigilância, mas, quanto ao número de  
47 municípios prioritários, cita que concorda. Consensuado.

48

49 **E) RECURSO FEDERAL DO PNAISP: RECURSO PARA 05 MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM AO**  
50 **PROGRAMA.**

51 Sinara Simioni coloca que esse item entrou em pauta, pois faltavam 05  
52 municípios em SC para aderir ao componente da assistência farmacêutica do  
53 PNAISP. Como esses municípios foram contatados e já aderiram, o assunto veio  
54 para pactuação em CIB. Carmem Delziovo, Superintendente de Planejamento  
55 da SES, esclarece que esses 05 municípios não estão aderindo à Política do  
56 Sistema Prisional e sim, ao componente básico da assistência farmacêutica para  
57 essa população. O recurso a ser repassado para o município é o valor de R\$  
58 17,73 por pessoa privada de liberdade.

59

60 **F) RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 501/2013 E A DELIBERAÇÃO 245/2019 PARA A**  
61 **INCLUSÃO DO FLUXO DE GERENCIAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO**  
62 **FORNECIDAS PELA SES/SC PARA OS MUNICÍPIOS.**

63 Sinara Simioni cita que na reunião prévia ficou claro nas discussões que o  
64 objetivo é regulamentar e deixar claro para os municípios o funcionamento das



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

65 Atas de Registro de Preço feitas pela SES para utilização dos municípios. que o  
66 item refere-se às Atas de Registro de Preço que a SES fornecem para os  
67 municípios de SC. Esclarece que existem 2 Deliberações/CIB a 501/2013 e a  
68 245/2019, mas, as duas Deliberações não possuem fluxo de gerenciamento das  
69 Atas. Cita que foram apresentadas em Câmara Técnica de Gestão, como  
70 também, apresentaram as sugestões de um fluxo que foi aprovado pelo Cosems.  
71 Sinara Simioni refere que, por parte do Cosems está consensuado. Carmem  
72 Delziovo cita que a SES conseguirá acompanhar essas Atas de Registro de  
73 Preço com a instituição desse fluxo. Foram consensuadas as retificações.

74

75 **G) PORTARIA MS 3.611 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021 (TRATAMENTO MEDICAMENTOSO**  
76 **DE RETINA 2): INCLUSÃO DO PROCEDIMENTO AMBULATORIAL NA DELIBERAÇÃO**  
77 **008/2021 COM UM PRÊMIO DE INCREMENTO ESTADUAL (CONTRAPARTIDA ESTADUAL).**

78 Sinara Simioni contextualiza a publicação da Portaria 3.611 de 15 de dezembro  
79 de 2021 que trata de tratamento medicamentoso retina 2 (edema macular  
80 diabético). Procedimento pago como FAEC, para tratamento de retina provocado  
81 por diabetes. Haverá um incremento estadual no valor de R\$1.254,56 como  
82 contrapartida, considerando que o MS pagará o valor de R\$ 627,28. O valor total  
83 daria em torno de R\$ 1,800,00 somado ao recurso do MS. Sinara refere que há  
84 uma demanda reprimida. Carmem Delziovo, Superintendente de Planejamento  
85 da SES, informa que no estado, essa aplicação é feita no HGCR e HRHMG. Cita  
86 que o procedimento é FAEC e se não houver produção durante o período de 6  
87 meses, quando acabar o FAEC e passar para o MAC, o estado ficará sem esse  
88 recurso para aplicação desse medicamento para retina. Carmem cita que os  
89 hospitais serão orientados para que lancem a produção para elaboração da série  
90 histórica. A proposta da SES é inserir esse procedimento na Deliberação  
91 008/2021 como **tratamento medicamentoso retina 2**, procedimento  
92 ambulatorial. Com essa inserção na Deliberação, a SES poderá pactuar com  
93 várias regiões do estado. Carmem Delziovo refere que o estado fez um  
94 levantamento de custos e essa ampola custaria em torno de R\$ 3.000,00 cada  
95 uma para o estado. Não existe especialista habilitado para aplicação, pois esse  
96 procedimento não exige serviço especializado. O serviço habilitado em  
97 oftalmologia poderá realizar o procedimento. Os oftalmologistas poderão realizar  
98 a aplicação e a cobrança é via APAC, código 02. O valor de R\$ 1.254,56 de  
99 prêmio, recurso próprio do estado e, R\$ 627,28 pago pelo MS. Carmem chama  
100 atenção para o registro do procedimento para elaboração da série histórica. Não  
101 é necessário habilitação de serviço, não necessita credenciamento, somente  
102 orientar o serviço de oftalmologia que coloque no seu CNES o código 02 e cobre  
103 via APAC. Foi consensuado.

104

105 **H) DEMANDA REPRIMIDA DE SAÚDE AUDITIVA: COMPLEMENTO DE RECURSO ESTADUAL**  
106 **PARA A FILA QUE NÃO FOI CONTEMPLADA NA DELIBERAÇÃO 146/2020: O RECURSO**  
107 **INICIA NA COMPETÊNCIA MAIO DE 2022 (CONTRAPARTIDA ESTADUAL)**

108 Cláudia Gonsalves (SUR) coloca que a proposta da SES é que se repasse  
109 integralmente o recurso para suprir a demanda das filas de espera de 05 serviços  
110 a partir da competência maio de 2022. No final, a SES faria um encontro de  
111 contas entre a SES e os prestadores de serviços. Esse recurso é próprio do



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

112 estado para complementar os atendimentos não realizados no mutirão de 2020  
113 que constam na Deliberação 146/2020. Jaqueline esclarece que a Otovida já  
114 iniciou em janeiro, então irá até janeiro de 2023, sendo que passará da gestão  
115 estadual para a gestão municipal. Esse recurso do estado é um complemento  
116 aquela Deliberação 146/2020 para atender os pacientes que estão em azul e  
117 verde, não deixando de atender os amarelos se houverem. Os do mutirão eram  
118 para atender uma demanda específica, sobretudo, protetização. Esse  
119 complemento atenderá outra demanda, segundo Jaqueline e no final será  
120 realizada um encontro de contas. O pagamento inicia na competência maio de  
121 2022, com exceção da Otovida que já iniciou em janeiro de 2022. Consensuado.

122

123 **I) RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 202/2019; FORNECIMENTO DAS LARINGES PELA**  
124 **SES, COM LANÇAMENTO DOS VALORES PELOS PRESTADORES E ENCONTRO DE CONTAS**  
125 **A CADA 6 MESES ENTRE SES E PRESTADORES ( A SES COMPRA AS LARINGES).**

126 Jaqueline Reginatto (SUR) informa que se trata de retificação da Deliberação  
127 202/2019 com a entrada da laringe na tabela SIGTAP. Com a entrada na tabela,  
128 foi necessário modificar vários formulários. Outros profissionais poderão  
129 prescrever e o fonoaudiólogo dentro do UNACOM e do CACOM. A Deliberação  
130 202/2019 fornecia as laringes para os municípios nos 19 serviços que eram  
131 referências. No anexo IV estão os serviços de referências e no Anexo V, os  
132 serviços que poderiam prescrever. O CEPON que mais solicita laringe, mas não  
133 pode prescrever. A proposta é: a SES continua fornecendo as laringes e os  
134 serviços lançam os procedimentos e a cada fim de 6 meses, a área técnica  
135 encaminha para os centros de custos para a SES fazer o encontro de contas  
136 com prestador de serviço. O prestador lança como FAEC, pois o pagamento é  
137 FAEC. Jaqueline chama atenção para o registro do procedimento, pois,  
138 acabando o FAEC, passa para o MAC e, se não houver produção registrada, o  
139 serviço não receberá mais por não possuir série histórica. A SES paga R\$ 623,00  
140 a mais para cada laringe comprada e desconta do município no encontro de  
141 contas a cada 6 meses. A média é de 4 laringes por prestador. O custo é de R\$  
142 2.227,00.

143

144 **J) GRADE DE REFERÊNCIAS DE ALTA COMPLEXIDADE**

145 A CIB APROVOU a Grade de Referências de Alta Complexidade do Estado de  
146 SC. Esse item foi discutido e pactuado na Câmara Técnica de Urgência e  
147 Emergência.

148

149 **L) RECURSO NO VALOR DE R\$ 8.000.000,00 DAS CIRURGIAS ELETIVAS GMAPS**  
150 **(DISCUTIR NA REUNIÃO PRÉVIA. SE A PROPOSTA FOR CONSENSUADA, DELIBERAR NA**  
151 **CIB (PORTARIA GM/MS 3.829/2021).**

152 Carmem Delziovo, considerando a Portaria GM/MS 3.829 de 22 de dezembro de  
153 2021 que estabelece o valor de R\$ 8.286.300,00 (oito milhões, duzentos e oitenta  
154 e seis mil e trezentos reais) para atenção especializada, recurso parcela única  
155 cita a proposta da SES como a alocação do recurso de R\$ 8.286.300,00 para os  
156 gestores municipais e estadual para custeio dos procedimentos cirúrgicos  
157 eletivos faixa federal realizados de janeiro a outubro de 2021 não custeados até o  
158 momento pelo Ministério da Saúde. Informa que a Secretaria de Estado da



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

159 Saúde fará o repasse do recurso correspondente aos Fundos Municipais de  
160 Saúde conforme recurso recebido no Fundo Estadual de Saúde. Consensuada a  
161 proposta.

162

163 **M) REALOCAÇÃO DO RECURSO DE R\$ 140.000,00 DA REABILITAÇÃO PÓS COVID DO**  
164 **CER ITAJAÍ PARA COMPETÊNCIA DE ABRIL.**

165 Carmem Delziovo informa que somente falta aprovar o recurso para reabilitação  
166 pós Covid para o CER do Itajaí. É um remanejamento de R\$ 140.000,00 do teto  
167 estadual para o Fundo Municipal de Itajaí para o tratamento regional de  
168 reabilitação pós Covid. Jaqueline Reginatto informa que está em contato com os  
169 CERs e existem os Municípios de Criciúma e Lages que aderiram e estão para  
170 vistoria. A FURB de Blumenau já sinalizou que pretende realizar os  
171 procedimentos de reabilitação pós Covid.

172

173 **N) REDE DE FARMÁCIA DE MAFRA E ITAPOÁ**

174 A CIB APROVOU a Rede de Farmácias dos Municípios de Mafra e Itapoá para  
175 dispensação do componente estratégico do HV.

176

177 **O) EMENDAS PARLAMENTARES E ORDEM DE SERVIÇO E CONCLUSÃO DE OBRA**

178 A CIB APROVOU as emendas parlamentares de Nova Veneza, Vitor Meireles e  
179 Erval Velho, Navegantes e Blumenau. Aprovou ordem de serviço de UBS de  
180 Jaborá e conclusão de obra de Centro de Saúde de Florianópolis.

181

182 **P) RETIFICAÇÃO DA POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE – PHC**

183 A CIB APROVOU a retificação da Deliberação da Política Hospitalar Catarinense  
184 – PHC. Carmem Delziovo esclareceu os pontos que foram discutidos e propostos  
185 para a retificação. Consensuada a retificação. Sinara Simioni cita que gerou  
186 discussão no Grupo do Cosems ter que premiar o prestador para que ele realize  
187 os procedimentos. Mas, no fim, houve entendimento entre os secretários  
188 municipais de saúde. Carmem Delziovo coloca que a SES possui próteses  
189 padronizadas que não pagas pelo SUS, são pagas pelo Governo do Estado. Os  
190 hospitais filantrópicos e os hospitais sob gestão do estado pensam que deveriam  
191 possuir o mesmo direito e o Secretário de Estado da Saúde André Motta Ribeiro  
192 concordou em pagar essas próteses para esses hospitais também. Carmem  
193 Delziovo refere que a Superintendente de Regulação elaborará uma proposta de  
194 Deliberação sobre esse assunto que virá posteriormente para o plenário da CIB.  
195 O que constarão nessa Deliberação serão as próteses padronizadas para o  
196 estado e custeadas pelo estado. Serão as mesmas próteses já padronizadas no  
197 estado que serão estendidas para esses outros hospitais. Juntamente, será  
198 discutido o acesso, a regulação e autorização prévia do uso dessa prótese e que  
199 todas sejam auditadas. O pagamento será realizado a cada 4 meses. Carmem  
200 Delziovo cita que foi colocada no site a nova matriz de desempenho e também,  
201 foram construídos os novos Termos de Adesão, pois os hospitais alegavam que  
202 sabiam o que eram preciso cumprir pela PHC. Esses termos também estão  
203 disponibilizados no site com as metas de alta complexidade. Alexandre Lencina  
204 Fagundes cita que a PHC traz um regramento para todos e induz a realização de  
205 procedimentos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

206

207 **Q) HABILITAÇÃO DE LEITOS EM LAGES E XANXERÊ**

208 A CIB APROVOU a habilitação de 20 (vinte) leitos de Unidade de Terapia  
209 Intensiva (UTI) adulto tipo II, do Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos,  
210 Município de Lages/SC e a habilitação de 10 leitos de Unidade de Terapia  
211 Intensiva Coronariana (UCO) tipo II do Hospital São Paulo, Município de  
212 Xanxerê.

213

214 **R) HABILITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LAQUEADURA E VASECTOMIA**

215 A CIB APROVOU a habilitação dos hospitais de Nova Veneza (Hospital São  
216 Marcos) e Guaramirim (Hospital Santo Antonio).

217

218 **S) HABILITAÇÃO EM TERAPIA ENTERAL E PARENTERAL**

219 A CIB APROVOU a habilitação em Joinville, da Maternidade Darcy Vargas.

220

221 **T) TRANSPLANTE DE OLHOS**

222 A CIB APROVOU a habilitação de transplante de tecido ocular na Clínica de  
223 Olhos, Município de São José.

224

225 **U) HABILITAÇÃO DA RADIOTERAPIA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE  
226 TUBARÃO.**

227 A CIB APROVOU a solicitação da habilitação do Serviço de Radioterapia do  
228 Hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão.

229

230 Entra nesse momento, na reunião da CIB, o Secretário de Estado da Saúde e  
231 Coordenador da CIB/SES, André Motta Ribeiro. O Secretário de Estado da  
232 Saúde contextualiza a sua gestão em frente à Secretaria de Estado da Saúde.  
233 Cita o trabalho do COES na pandemia, a baixa letalidade de SC em comparação  
234 com os outros estados da federação. Fala da matriz de risco, dos colaboradores.  
235 Com relação á dívida pública existente no iniciou da gestão, cita que esse  
236 governo pagou grande parte da dívida adquirida de outros governos. A Política  
237 Hospitalar Catarinense – PHC aumentou o número de hospitais e duplicou o  
238 recurso a ser aplicado. Existem 46 hospitais a mais na PHC hoje. Isso impacta  
239 em todos os municípios. Discutiram o vocacionamento dos hospitais nos fóruns.  
240 Cita que estão discutindo e oportunizando serviços, que estejam mais próximos  
241 do cidadão, regionalizando a saúde. Algumas coisas que lhe preocupam referem-  
242 se ao calendário vacinal. Santa Catarina é um dos estados que mais vacina a  
243 população e mesmo assim os índices estão aquém dos índices que gostaríamos  
244 que estivessem atingidos. Seria uma derrota se tivéssemos a paralisia infantil de  
245 volta, cita o Secretário de Estado. Outra questão é trazer reguladores para o  
246 estado, ambulâncias interhospitalares. Aqui em SC também, está o melhor  
247 aeromédico do país. Conseguem-se aqui elaborar a classificação de risco nas  
248 portas de emergência. Foram feitos movimentos nas Gerências Regionais de  
249 Saúde. Nesses movimentos, está a missão maior, objetivo maior que é a  
250 qualificação do serviço público de saúde. Serviços que salvaram muitas pessoas  
251 na pandemia, graças ao SUS. Os investimentos do estado estão acontecendo  
252 em todas as áreas. Faz um apelo aos gestores municipais que auxiliem o estado



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

253 para que os prestadores de serviços realizem as cirurgias eletivas. Informa que  
254 será construído um novo Lacen no SAPIENS PARK e o Lacen central será  
255 transferido para esse SAPIENS PARK. Agradece a todos e informa que é médico  
256 concursado da SES e que mesmo saindo agora, estará sempre na SES. Coloca  
257 que possui um grande orgulho de participar desse governo. Sabe que a fala é  
258 forte, mas cumpre os compromissos e não fica nas promessas. Por fim, entrega  
259 nas mãos da coordenadora do Cosems Sinara Simioni, um convênio do Governo  
260 do Estado, que por meio da SES firma um termo de convênio com o Cosems  
261 para que o Cosems adquira uma sede própria, no valor de R\$ 4.500,000,00.  
262 Daisson Trevisol, presidente do Cosems licenciado, agradece a coordenação da  
263 CIB pela Secretária Sinara e agradece muito ao Secretário de Estado da Saúde  
264 André Motta Ribeiro pelo convênio. Daisson Trevisol cita a fala do Secretário de  
265 Estado que SC é um estado bipartite. Participam da cerimônia da assinatura do  
266 convênio, o Secretário de Estado da Saúde André Motta Ribeiro, Daisson  
267 Trevisol, Sinara Simioni, Alexandre Lencina Fagundes e Sidnei Bellé. O  
268 Secretário André Motta Ribeiro que esse é mais um feito do Governo do Estado.  
269 Sidnei Bellé, Secretário Executivo do Cosems, cita que André Motta Ribeiro não  
270 foi o primeiro Secretário de Estado da Saúde que solicitaram um local para  
271 acomodar o Cosems, mas que neste Governo foram valorizados e ouvidos.  
272 Agradece e convida o Secretário de Estado para sempre visitar o Cosems.

273

#### **HOMOLOGAÇÕES**

274 Deliberações ad referendum: Deliberação 009/2022.

276

#### **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

277 – Ofício 004 da CIR do Planalto Norte, solicitando habilitação em serviço em  
278 vascular no Hospital São Vicente de Paulo (Esse processo já está em análise no  
279 MS, segundo a GEARS).

281

#### **INFORMES**

282 a) **Nota Técnica da APS - fluxo: solicitação de cofinanciamento estadual**  
283 **para as equipes multiprofissionais**

284 Carmem Delzivo cita que se trata de uma lembrança, de que os municípios  
285 devem cadastrar no CNES, com o nome de equipe multiprofissional ligados à  
286 APS.

288

289 b) **Alerta sobre risco de epidemia de dengue em Santa Catarina**

290 Eduardo Macário, Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, refere que  
291 estamos passando pela Covid e entrando na dengue. Há um sério problema de  
292 crescimento de dengue no estado, sobretudo nas Regiões do Oeste e Planalto  
293 Norte. Informa que já está indo para o Oeste para alertas as gestões no sentido  
294 de controlar e combater a dengue. Cita a importância de treinar sobre o  
295 enfrentamento da dengue. Sugere que os gestores utilizem os seus planos de  
296 contingência. É necessário realizar trabalho com o envolvimento da comunidade,  
297 para que a comunidade esteja ciente dos procedimentos que exigem ser feitos.

298

299 c) **Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza 2022 e Sarampo.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

300 Eduardo Macário, Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, coloca que  
301 iniciará na próxima semana a Campanha da Influenza, durante os meses de abril  
302 e maio. Essa vacina já está atualizada, iniciando pelos idosos e pelos  
303 profissionais de saúde. No dia 30 de abril será o dia "D". O início será no dia 04  
304 de abril com idosos acima de 60 anos e profissionais de saúde e se estenderá  
305 até 03 de junho. A previsão será de mais de 2 milhões de pessoas vacinadas. A  
306 segunda Campanha será a vacinação contra o sarampo. Todos os trabalhadores  
307 de saúde devem receber a vacina contra o sarampo.

308

309 **d) Campanha Nacional Vacinação contra a Covid-19: importância da dose**  
310 **de reforço para redução de casos graves, hospitalizações e óbitos**

311 Eduardo Macário, Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, alerta sobre  
312 a dose de reforço contra a Covid 19. Essas serão as terceiras e quartas doses.  
313 Sugere um dia "R" para a dose de reforço. Acredita que na CIT será discutida a  
314 quarta dose para as pessoas acima de 80 anos, mas, pensa que é importante as  
315 outras doses de reforço que ainda não foram feitas.

316

317 **e) Processo de desativação de COES COVID-19**

318 Eduardo Macário, Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, cita a  
319 desativação do COES. Cita que já estão conseguindo controlar a pandemia da  
320 Covid 19. Pensa que não é necessário prorrogar o estado de emergência, de  
321 calamidade no estado. Acredita que a Covid pode ser monitorada de dentro da  
322 SES. É necessário manter o calendário de vacinas em dia. Faz algumas  
323 recomendações para o cuidado com a Covid, de acordo com o grau de  
324 vulnerabilidade de cada um. Cada gestor deve olhar qual o grau de gravidade  
325 em seu território para poder tomar as decisões que foram tomadas sempre que  
326 foram necessárias. Coloca ainda, que isso tudo será falado na próxima semana  
327 quando da desativação do COES. Alexandre Lencina Fagundes, com relação a  
328 fala do Eduardo Macário mais a fala do Secretário de Estado da Saúde, reforça  
329 que a situação alcançada é resultado do trabalho de todos, mas também, pela  
330 segurança que a vacina nos trouxe. Cita que determinados segmentos da  
331 sociedade, determinadas lideranças colocam em dúvida ainda a eficácia da  
332 vacina, sobretudo, a da Covid 19. Isso impacta em toda proteção de saúde  
333 pública que existe dentro do Sistema Único de Saúde que são as vacinas. Foi  
334 feito o maior enfrentamento da sociedade moderna que foi a Covid 19, sem  
335 dúvida, um cenário de guerra. Mas existem outras linhas de cuidados que  
336 precisam de atenção. Existe um desafio enorme com o crescimento da dengue.  
337 É necessário que todos fiquem atentos sobre isso. Se SC obtiver uma cobertura  
338 ruim e o vírus circular em toda a sociedade, ficará muito ruim, pois, se trata de  
339 uma doença quase erradicada. Quanto à desativação do COES, refere o  
340 trabalho feito, os colaboradores que estiveram conjuntamente à SES,  
341 trabalhando as estratégias para o combate à Covid. Cita que, talvez, o Decreto  
342 da pandemia deixe de vigorar em 31 de março de 2022. Alexandre Fagundes  
343 agradece a todos os presentes na reunião e cita a reunião como um  
344 acontecimento memorável, com a assinatura do convênio para aquisição de uma  
345 sede própria para o COSEMS. Cita que no COES foi um espaço de discussão  
346 importante e compara as discussões com a mesa da CIB, ressaltando a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

347 importância das divergências das idéias. Cita ainda que, com a pandemia, o  
348 Cosems ocupou um lugar muito importante na gestão de saúde em SC que  
349 parece que não havia até então. Sinara Simioni, Secretária Municipal de São  
350 José, presidente do Cosems em exercício, cita que na gestão da saúde e na  
351 diretoria do Cosems, trouxe-lhe um aprendizado muito grande. Refere que em  
352 frente à saúde, é seu CPF que está em jogo e que zela pela saúde como pela  
353 sua pessoa. Cita gratidão a todos e em especial ao Daisson Trevisol, presidente  
354 do Cosems. Edson Medeiros, Secretário Municipal de Fraiburgo, coloca que fez  
355 parte dessa busca da sede para o Cosems. Cita a qualidade de saúde em SC e  
356 a função da CIB que já é de conhecimento de seu prefeito. Acélio Casagrande,  
357 Secretário Municipal de Criciúma, menciona o período em que estava a frente da  
358 Secretaria de Estado da Saúde e que havia essa demanda de uma sala própria  
359 para instalação da gestão do Cosems. Cita que esse também é um avanço na  
360 saúde em SC. Refere as UPAs inauguradas em Criciúma, lembrando sempre  
361 que ele mesmo poderia estar do outro lado como usuário, precisando de atenção  
362 de saúde. Carlos Alberto Justo, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis,  
363 coloca sobre a distribuição do dinheiro público. Chama atenção para o fato de  
364 que distribuir o seu dinheiro não é a mesma coisa que distribuir dinheiro público.  
365 É uma destinação de recurso e cita que ficou contente com as pactuações.  
366 Quanto a fala do Superintendente de Vigilância em Saúde, Eduardo Macário,  
367 advertindo e alertando, Carlos Alberto Justo cita que necessitam de dinheiro,  
368 pois já foram bastante advertidos. Cita ainda que, quando o estado adverte,  
369 deve advertir com destinação de recurso juntamente à advertência de cuidados  
370 de saúde. Abri unidade saúde no fim de semana custa caro; fazer busca ativa  
371 custa caro; contratar serviços custa caro; fazer política pública custa caro.  
372 Lembra que o Governo Federal repassou recursos aos municípios há dois anos.  
373 Depois achou que já não precisava mais. O combate a dengue custa caro.  
374 Entende que é necessário ser parceiro estado e municípios, necessitando  
375 pactuações para isso. As restrições, muitas vezes, é orçamentária. Toda ação  
376 tem custo. Coloca que precisa desmontar toda a equipe da vacinação da Covid,  
377 da pandemia, pois não possui mais recursos para a manutenção de toda equipe  
378 disponível. Preocupa-se com todas essas campanhas de vacinações que estão  
379 por vir, pois todas possuem custo para os municípios. Daisson Trevisol,  
380 Secretário Municipal de Tubarão, agradece a parceria do Cosems com o estado  
381 e lembra que falara à SES que a diretoria do Cosems seria um consenso. A  
382 união da equipe do Cosems é bem forte e com a aquisição de sede própria fará  
383 um Cosems melhor e mais forte ainda. Com a sede própria, é possuir um local  
384 que possam atender a todos os municípios. Agradece todo o apoio e agradece  
385 muito a Sinara Simioni. Pensa que lá na frente, olhando para a sede do Cosems,  
386 dizer que ajudou a construir tudo que existirá lá. Mas hoje, a pessoa que ele  
387 mais agradece é o Senhor Sidnei Bellé, Secretário Executivo do Cosems, pela  
388 parceria, pelo fortalecimento no Cosems, pela disponibilidade em sair do Oeste e  
389 ficar na capital, trabalhando no Cosems. Por fim, agradece a todos. Alexandre  
390 Lencina Fagundes cita a fala do Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis,  
391 que a SES preocupa em buscar recurso no Ministério da Saúde. Cita que sabe  
392 das deficiências de recursos na saúde. Mas, ao mesmo tempo, lembra da PHC,  
393 da Terapia Renal Substitutiva – TRS que veio toda para dentro do estado, do



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

394 suporte fornecido aos municípios pelo estado em toda a pandemia. Pontua que é  
395 um desafio do estado buscar financiamento para o desenvolvimento das ações  
396 propostas. Cita que não tem dúvida que o SUS em SC é o melhor do país ou,  
397 um dos melhores. Sinara Simioni encerra a reunião.

398

399 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,  
400 assinada por mim e pelos Coordenadores.

401

402

**Florianópolis 22 de março de 2022.**